

**PARECER ÚNICO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
**Gerência de Compensação Ambiental /DIUC Nº 25/2020**

**1 – DADOS DO EMPREENDIMENTO**

<b>Empreendedor</b>	FRANCISCO XAVIER VILELA DE FARIA - ME
<b>CNPJ</b>	00.836889/001-41
<b>Empreendimento</b>	FRANCISCO XAVIER VILELA DE FARIA - ME
<b>Localização</b>	São José da Barra / MG.
<b>Nº do Processo COPAM</b>	00445/2001/008/2015
<b>Código – Atividade</b>	A-02-06-2; A-05-04-6; A-05-05-3
<b>Classe</b>	5
<b>Fase de licenciamento da condicionante de compensação ambiental</b>	LP + LI
<b>Nº da condicionante de compensação ambiental</b>	4
<b>Fase atual do licenciamento</b>	LAC
<b>Nº da Licença</b>	LI Nº 80/2016
<b>Validade da Licença</b>	05/09/2022
<b>Estudo Ambiental</b>	EIA/RIMA
<b>Valor de Referência do Empreendimento - VR</b>	R\$ 790.300,00
<b>Valor de Referência do Empreendimento Atualizado - VR <sup>1</sup></b>	R\$ 874.604,86
<b>Grau de Impacto - GI apurado</b>	0,3900%
<b>Valor da Compensação Ambiental</b>	R\$ 3.410,96
Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC de novembro 2016 a fevereiro de 2020; Taxa: 1,1066745 ; Fonte: TJ/MG.	

## **2 – ANÁLISE TÉCNICA**

---

### **2.1- Introdução**

O empreendimento em análise, FRANCISCO XAVIER VILELA DE FARIA - ME, localiza-se na Fazenda Água Limpa, Serra Juca Leandro, zona rural do município de São José da Barra/MG, nas proximidades do Reservatório de Furnas, na bacia hidrográfica do Rio Grande, UPGRH GD3 - CBH do Entorno do Reservatório de Furnas.

Conforme processo de licenciamento COPAM 00445/2001/008/2015, analisado pela SUPRAM - Superintendência Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas, em face do significativo impacto ambiental o empreendimento recebeu condicionante de compensação ambiental nº 4, prevista na Lei 9.985/2000.

O empreendimento em análise refere-se a compensação ambiental referente ao pedido de Licença Prévia, concomitante com Licença de Instalação (LP + LI) correspondente aos Certificado nº 80/2016 (PA COPAM nº 00445/2001/008/2015), formalizado pela empresa FRANCISCO XAVIER VILELA DE FARIA - ME.

Conforme citado no PU Nº 0834261/2016 as atividades desenvolvidas neste empreendimento conforme a Deliberação Normativa nº 74/2004 são: A-02-06-2 Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento; A-05-04-6 ilha de Estéril / rejeito; A-05-05-3 Estradas para transporte de minérios / estéril.

“O empreendimento é classificado como CLASSE 05, pela Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004, considerando a atividade de maior classe existente no mesmo”(pág. 2/ 24 do PU Nº nº 0834261/2016).

“Em 21/09/2015, foi realizada vistoria no empreendimento, que tem como atividade principal a exploração de quartizito e como atividade secundária a comercialização de rejeitos britados.

O processo minerário nº 830.230/2001 foi registrado em 16/02/2001 para pesquisa de quartizito em uma área de 19 ha. O alvará de pesquisa foi emitido pelo DNPM em 29/08/2001. Em 11/10/2010 foi solicitada redução da área para 15,75 ha. O Plano de Aproveitamento Econômico - PAE foi protocolado junto ao DNPM em 27/10/2011, o qual foi aprovado em 04/11/2014 com exigência de apresentação de Licença de Instalação para que seja concedida a Portaria de Lavra (PU, pág. 2/24).

O empreendimento está inserido no bioma Cerrado.

A Lei Federal nº 9.985/2000 – Lei do SNUC – determina que a compensação ambiental aplica-se nos casos de licenciamento de obras capazes de gerar impactos ambientais significativos, assim considerados pelo órgão competente, como é o caso da implantação do empreendimento Francisco Xavier Vilela de Faria - ME.

Sendo o empreendimento em análise considerado de “significativo impacto ambiental, e havendo assim a obrigatoriedade de se realizar a compensação ambiental” para atendimento à Lei Federal nº 9.985/2000 – Lei do SNUC; ao Decreto nº 46.953/2016 e ainda à Resolução CONAMA nº 01/1986 e, diante das análises dos estudos ambientais apresentados (EIA/RIMA) e as informações prestadas no PU nº 0834261/2016 (SIAM) executadas por técnico da Supram Sul de Minas - fica estabelecido a seguinte condicionante:

*“Comprovar a formalização do requerimento de compensação ambiental prevista no art. Nº36 da Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC) Compensação Ambiental (GCA) do Instituto Estadual de Florestas (IEF).*

Dessa forma, a presente análise técnica tem o objetivo de subsidiar a Câmara Técnica Especializada de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas - CPB do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, na fixação do valor da Compensação Ambiental e da forma de aplicação do recurso, nos termos da legislação vigente.

## **2.2 Caracterização da área de Influência**

Poligonais em arquivo digital das áreas de influência do empreendimento em relação aos meios físico e biótico.

A área de influência do empreendimento é definida pelos estudos ambientais de acordo com a relação de causalidade (direta ou indireta) entre o empreendimento e os impactos previstos, ou seja, se os impactos previstos para uma determinada área são diretos ou indiretos.

**Área diretamente afetada (ADA):** Trata-se dos locais modificados por ações antrópicas. Corresponde a toda superfície que sofre intervenção com a implantação e operação do empreendimento, como as áreas de lavras, apoio, acessos e da pilha de rejeitos PU, pág. 8/24).O processo minerário foi registrado em nome de Francisco Xavier Vilela de Faria em 16/02/2001 para pesquisa do minério quartzito numa área de 15,75 hectares (EIA, pág. 8/161). Na pág. 42 do EIA, é mencionado que as intervenções previstas são: cava da lavra (5,0 ha); pilha de estéril (3,0 ha), beneficiamento (0,30 ha), acessos a serviços (0,50 ha), somando uma área total de

**Área de influência direta (AID):** No empreendimento em questão temos como AID uma área que "*contempla a ADA e seu entorno imediato, como a área de reserva legal e acessos*" (PU, pág. 8/24).Este raio atende tanto aos requisitos para o meio físico quanto para o meio antrópico.

**Área de influência indireta (AII):** Na mesma pág. 8/24 do PU, é mencionado que a AII "*abrange a bacia do córrego das Lages, que deságua diretamente na represa de Furnas, e se estende até a cidade de São José da Barra.*

Como demonstrado no item "apoio logístico", pág. 47 do EIA, "tem-se a 7 km a cidade de Furnas/São Jose da Barra, onde se pode obter além de mão de obra, compras, serviços de bancos, hospital, posto de combustível.

A 22 km tem-se a cidade de Alpinópolis, que possui tradição em atendimento às minerações e indústrias da região, através de serviços diversos como: aluguel de equipamentos, casas de peças, prestação de serviços, mecânica leve". Portanto pode-se considerar que a área de influência indireta chega até Alpinópolis.

### **2.3 Impactos ambientais**

Considerando que o objetivo primordial da Gerência de Compensação Ambiental do IEF é aferir o Grau de Impacto relacionado ao empreendimento, utilizou-se para tanto da tabela de GI, instituída pelo Decreto 45.175/2009.

Esclarece-se, em consonância com o disposto no decreto supracitado que, para fins de aferição do GI, apenas serão considerados os impactos gerados ou que persistirem em período posterior a 19/07/2000, quando foi criado o instrumento da compensação ambiental.

#### *Considerações acerca do processo de licenciamento ambiental:*

*O presente documento apresenta a Condicionante Ambiental nº 4, estabelecida pelo Parecer Único Nº 0834261/2016. Neste parecer são licenciadas as atividades A-02-06-2; A-05-04-6; A-05-05-3 0, entre outras atividades, no município de São José da Barra / MG ( PA COPAM Nº 00445/2001/008/2015).*

#### **2.3.1 Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias. (Justificativa para não marcação do Item).**

No EIA, pág. 79/161 é mencionado que "para a região, tanto a bibliografia quanto algumas pessoas entrevistadas indicam a visualização do lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*)". Segundo Portaria do MMA Nº 444/2014, esta espécie *Chrysocyon brachyurus*, está classificada como Vulnerável (VU).

Nas áreas em estudo caracteriza a vegetação de campo rupestre que predomina sobre os afloramentos rochosos de quartzitos, sendo marcada pela presença de ervas, arbustos e árvores baixas com crescimento "esquaroso" ou "criciados". É comum nestas áreas, a presença de angiospermas como *Vellozia flavicans* (canela de ema) e *Lychnophora ericoides* (arnica) (EIA, pág. 51/161).

O gênero *Vellozia* sp. foi mencionado na lista de espécies da flora da Fazenda Água Limpa, na tabela 01, pág. 77 e 78 do EIA. Na Portaria MMA Nº 443/2014, o gênero *Vellozia* sp. apresenta 17 espécies contidas na lista de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção; entre estas, 01 espécie está como "criticamente em perigo (CR)" e 16 espécies estão como "em perigo (EN)". Diante dos fatos entendemos ser necessário incluir este gênero como ameaçada de extinção.

Não foram citados, nem nos estudos ambientais, nem no Parecer Supram, quaisquer informarções que justifiquem a marcação deste item.

HAVENDO a presença de espécies ameaçadas de extinção e vulneráveis na área de influência do empreendimento este item SERÁ CONSIDERADO para aferição do GI.

### **2.3.2 Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras) (Justificativa de não marcação do item)**

Mesmo estando presente a braquiária na área onde este empreendimento está instalado, estas espécies não foram introduzidas pelo empreendedor e o mesmo não fará uso desta gramínea forrageira em suas atividades que são objeto deste processo de LP + LI "Ampliação".

Tendo em vista o exposto, conclui-se que **NÃO** existem elementos concretos que subsidiem a marcação do item Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras) e, portanto, o item **NÃO SERÁ considerado** na aferição do grau de

### **2.3.3 Interferência /supressão de vegetação, acarretando fragmentação**

A instalação do empreendimento, desde o início da exploração do quartizito, se deu com a supressão da vegetação existente sobre o solo explorado.

O empreendimento, por si só, funciona como uma barreira física entre os fragmentos da flora ainda existentes.

Diante do exposto, o mesmo SERÁ considerado na aferição do Grau de Impacto (GI).

### **2.3.4 Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos (Justificativa para não marcação desse item)**

Conforme pode ser observado no mapa 03, elaborado com os dados do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV, 2012), a área compreendida pela ADA, AID e AII do empreendimento não afeta áreas com potencial de ocorrência. O mapa 03 demonstra que o empreendimento encontra-se em área de "média potencialidade" de ocorrência de cavernas.

Ao analisar, ainda no mapa 03, as cavernas cadastradas na CECAV/ICMBio, não se verifica a presença de nenhuma cavidade na área pretendida para ampliação do empreendimento.

Dessa forma o item NÃO SERÁ computado na avaliação do G.I.

### **2.3.5 Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável. (Justificativa para não marcação)**

O empreendimento não afetará nenhuma unidade de conservação de Proteção Integral, conforme demonstrado pelo mapa 04.

No mapa 04 pode-se perceber que existe realmente a proximidade do empreendimento em relação a "*Mineração de quartzito FRANCISCO XAVIER VILELA DE FARIA – ME, localizada na Serra Juca Leandro, Fazenda Água Limpa, município de São José da Barra/MG onde dista 7 km e em área de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra*" (pág. 8/161 do EIA).

Sendo assim, este item NÃO SERÁ computado na aferição do G.I.

### **2.3.6 Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme 'Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação (Justificativa**

Conforme mapa 05, o empreendimento está localizado em área com importância biológica.

Importante deixar claro que parte da Área de Influência Indireta - AII do empreendimento Francisco Xavier Vilela de Faria - ME, encontra-se em área de importância biológica Especial e Extrema. Neste caso, apenas parte de sua AII.

Sendo assim, o item SERÁ CONSIDERADO na avaliação do Grau de Impacto.

### **2.3.7 Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar. (Justificativa**

Conforme demonstrado no PU nº 0834261/2016, pág. 15/24, quando menciona como impacto ambiental identificado, "*o impacto decorrente da remoção da camada de solo reduz a permeabilidade do terreno e conseqüentemente pode levar ao aumento do escoamento superficial das águas pluviais e a possível instalação de processos erosivos*".

Ainda no PU nº 0834261/2016, pág. 15/24, lê-se que "*o material particulado em suspensão, quando em quantidades excessivas no ar, pode causar danos à saúde animal, à flora e às populações humanas*".

Sendo assim, ainda que tenham sido previstas medidas mitigadoras e alguns impactos sejam de baixa magnitude, considera-se que o referido item SERÁ CONSIDERADO na aferição do GI.

### **2.3.8 Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais. (Justificativa para não marcação desse item)**

É mencionado no PU nº 0834261/2016, pág. 14/24 que, quanto à utilização e intervenção em recursos hídricos, "*o empreendimento não realiza intervenções em recursos hídricos. A água destinada ao consumo humano é trazida pelos próprios funcionários de suas residências em galões de 5 litros*".

Não temos portanto motivos para marcação deste item na apuração do Grau de Impacto. Diante do exposto o item **NÃO SERÁ CONSIDERADO** na avaliação do Grau de Impacto.

### **2.3.9 Transformação de ambiente lótico em lêntico. (Justificativa para a não marcação do item).**

Não são mencionados, nem nos estudos ambientais nem no parecer da SUPRAM, impactos que acarretem transformação de ambiente lótico em lêntico.



Sendo assim, o item NÃO SERÁ CONSIDERADO na aferição do G.I.

### **2.3.10 Interferência em paisagens notáveis. (Justificativa para não marcação desse**

Não são citados, nos estudos ambientais, nenhuma menção a afetação em paisagens. Conforme demonstrado no PU nº 0834261/2016, pág. 15/24, quando menciona como impacto ambiental identificado, o "*impacto visual/alteração da paisagem*" onde os técnicos da SUPRAM Sul de Minas mencionam que: "*O principal impacto gerado pela atividade está relacionado com a descaracterização da paisagem local. A alteração topográfica é a principal responsável pela alteração paisagística. Esta alteração é de alta magnitude, gerando elevado impacto visual*".

Sendo assim, este item também NÃO SERÁ CONSIDERADO na avaliação do G.I.

### **2.3.11 Emissão de gases que contribuem efeito estufa. (Justificativa para não**

A presença de veículos para movimentação dos produtos gerados e comercializados dentro do empreendimento e ainda os equipamentos usados para partilhar o quartizito (cominuição da rocha) são capazes de gerar gases de efeito estufa no local. Conforme o Ministério do Meio Ambiente, as emissões típicas da combustão de veículos automotores são: Monóxido de carbono (CO), Hidrocarbonetos (NMHC), Aldeídos (RCHO), Óxidos de Nitrogênio (NOx), Material Particulado, Metano (CH<sub>4</sub>) e Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>), sendo os dois últimos gases de efeito estufa expressivos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários. Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental: Brasília, 2011. ).

Dessa forma o item **SERÁ CONSIDERADO** na avaliação do Grau de Impacto.

### **2.3.12 Aumento da erodibilidade do solo (Justificativa para não marcação desse**

Já mencionado anteriormente, "o impacto decorrente da remoção da camada de solo orgânico" (EIA, quadro 5, pág. 138), irá conseqüentemente expor as camadas mais profundas, quando ocorrerá o carreamento de particulados através do vento e água pluvial, ocorrendo o processo erosivo.

A presença do empreendimento no local possui impactos positivos, principalmente na área socio-econômica, mas à medida que o empreendedor amplia suas atividades, os processos erosivos também são ampliados.

Estas atividades acusam que haverá erosão do solo.

Assim sendo, o item NÃO SERÁ CONSIDERADO na avaliação do "G.I.

### **2.3.13 Emissão de sons e ruídos residuais (Justificativa para não marcação desse**

As atividades desenvolvidas no empreendimento em questão irão gerar ruídos provenientes da movimentação constante de máquinas e veículos utilizados nas operações da base. Já nas detonações semanais, teremos os estampidos pontuais da explosão que atinge uma distância de 400 metros, dentro da área diretamente afetada ADA. Estes ruídos geram stress sobre a fauna remanescente, afugentando-a da área, além de aumentar a chance de acidentes nas vias de trânsito.

Dessa forma, o item NÃO SERÁ CONSIDERADO na avaliação do G.I.

## **2.4 Indicadores Ambientais**

### **2.4.1 Índice de Temporalidade**

Segundo o Decreto Estadual 45.175/2009, o Fator de Temporalidade é um critério que permite avaliar a persistência do comprometimento do meio ambiente pelo empreendimento, ou seja, o tempo que os impactos permanecerão no ambiente. O Fator de Temporalidade pode ser classificado como:

Duração	Valoração (%)
Imediata 0 a 5 anos	0,05
Curta > 5 a 10 anos	0,065
Média >10 a 20 anos	0,085
<b>Longa &gt;20 anos</b>	<b>0,1</b>

A "empresa vem operando com a extração de quartzito desde 26/12/2006" (EIA, pág. 8), portanto há 13 anos.

Assim, considerando o objetivo do empreendimento, os impactos gerados, os investimentos aplicados e ainda a intenção de ampliação para continuidade das atividades, consideramos que o Índice de temporalidade do empreendimento é

### **2.4.2 Índice de Abrangência**

Considerando que o empreendimento trata-se de "Lavra a céu aberto com ou sem tratamento, rochas ornamentais e de revestimento", classe 05, instalado a "*meia encontas*" na Serra Juca Leandro, zona rural do município de São José da Barra / MG, nas proximidades do Lago de Furnas, com altitudes atingidos valores maiores que 1000 metros;

Considerando ainda que os produtos gerados pelo empreendedor serão distribuídos em toda a região através do comércio tanto de placas de quartzito como de britas de diferentes tamanhos para a construção civil;

Marcar um dos Itens para a avaliação do G.I.



### **3- APLICAÇÃO DO RECURSO**

---

#### **3.1 Valor da Compensação ambiental**

No preenchimento da planilha do "valor de Referência", o empreendedor relata que já cumpriu, em outra ocasião, condicionante de compensação ambiental nos processos N° "102030634/2004 e 00445/2001/005/2010 e Termo de compromisso de compensação ambiental N° 2101010502716". Foi verificado que o processo 00445/2001/005/2010 teve compensação ambiental e que o mesmo foi pago corretamente, encontrando-se concluído.

O valor da compensação ambiental foi apurado considerando o Valor de Referência do empreendimento informado pelo empreendedor e o Grau de Impacto – GI (tabela em anexo), nos termos do Decreto 45.175/09 alterado pelo Decreto 45.629/11:

Valor de referência do empreendimento:	<b>R\$ 790.300,00</b>
Valor de refer. do empreendimento atualizado:	<b>R\$ 874.604,86</b>
Taxa TJMG <sup>1</sup> :	<b>1,1066745</b>
Valor do GI apurado:	<b>0,3900%</b>
Valor da Compensação Ambiental (GI x VR):	<b>R\$ 3.410,96</b>

A planilha de Valor de Referência (VR) é um documento autodeclaratório elaborado pelo empreendedor, sendo de sua total responsabilidade. Para a elaboração do presente parecer, apenas verificamos se os campos da coluna VALOR TOTAL referente aos investimentos (R\$) estavam ou não preenchidos na planilha VR, sendo que as justificativas são apresentadas no último caso. Não foi realizada a apuração contábil ou financeira dos valores (R\$) constantes da planilha VR, bem como a checagem das justificativas. Todo VR/VCL é acompanhado de uma certidão de regularidade profissional atualizada.

#### **3.2 Unidades de Conservação Afetadas**

Conforme já mencionado anteriormente, o mapa 04 mostra que o empreendimento não afeta nenhum tipo de unidade de conservação.

Dessa forma, seguindo os critérios estabelecidos no POA/2020, o valor total da Compensação Ambiental deverá ser distribuído da seguinte forma: 20% para unidades de conservação afetadas, e os outros 80% distribuídos da seguinte maneira: 60% para Regularização Fundiária, 20% para Plano de Manejo, Bens e Serviços, 05% para Estudos para criação de Unidades de Conservação e 05% para Desenvolvimento de pesquisas em unidade de conservação e área de amortecimento.

---

#### **3.3 Recomendação de Aplicação do Recurso**

Obedecendo a metodologia prevista, bem como as demais diretrizes do POA/2020, este parecer faz a seguinte recomendação para a destinação dos recursos. Conforme Item 2.3.1 do POA/2020, critério nº 09 - *Quando o valor total da compensação ambiental apurado pela GCA for igual ou inferior à R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e NÃO houver Unidade de Conservação afetada, o recurso será **integralmente destinado à rubrica referente a Regularização Fundiária** ;*

Valores e distribuição do recurso	
Regularização fundiária das Ucs (100%)	R\$3.410,96

Os recursos deverão ser repassados ao IEF em até 04 parcelas, o que deve constar do Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o órgão.

#### **4 – CONTROLE PROCESSUAL**

O presente expediente refere-se a Processo de Compensação Ambiental, pasta GCA nº 1195, encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com a Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.

O pedido de compensação ambiental refere-se ao processo de licenciamento ambiental nº 00445/2001/008/2015 (LP + LI), que visa o cumprimento da condicionante nº 04 estabelecida no parecer único de licenciamento ambiental nº 0834261/2016 (fls. 19), para fins de compensação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de

De acordo com a análise técnica, o empreendimento não afeta nenhuma unidade de conservação de proteção integral.

O empreendimento foi implantado após 19 de julho de 2000, conforme declaração acostada às fls. 54. Dessa forma, conforme inciso II, art. 11, do Decreto Estadual nº 45.629/2011, que alterou o Decreto 45.175/2009:

Art. 11. O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:

II - para as compensações ambientais de empreendimentos implantados após a publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor de referência estabelecido no inciso IV do art. 1º do Decreto nº 45.175, de 2009, com a redação dada por este Decreto, apurado à época da implantação do empreendimento e corrigido com base no índice de atualização monetária.

O empreendedor apresentou à GCA/IEF o Valor de Referência (VR) na forma de planilha, devidamente calculado, preenchido, datado e assinado pelo contador do empreendimento, profissional legalmente habilitado, acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART - em conformidade com o art. 11, §1º do Decreto Estadual 45.175/2009 alterado pelo Decreto Estadual nº45.629/2011.

Ressalta-se que o valor de referência é um ato declaratório, cuja responsabilidade pela veracidade do valor informado é do empreendedor, sob pena de, em caso de falsidade, submeter-se às sanções civis, penais e administrativas, não apenas pela prática do crime de falsidade ideológica, como também, pelo descumprimento da condicionante de natureza ambiental, submetendo-se às sanções da Lei nº 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais.

A sugestão de aplicação dos recursos financeiros a serem pagos pelo empreendedor, a título de compensação ambiental, neste parecer, estão em conformidade com a legislação vigente, bem como, com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Operativo Anual – POA/2020.

## **5 - CONCLUSÃO**

Considerando a análise, descrições técnicas empreendidas e a inexistência de óbices jurídicos para a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor, nos moldes detalhados neste Parecer, infere-se que o presente processo encontra-se apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do Art. 13, inc. XIII do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação ambiental não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este parecer contém 18 laudas.

Este é o parecer.

Smj.

Belo Horizonte, 01 de abril de 2020.

Maria Regina Cintra Ramos  
Analista Ambiental  
MASP 1.364.401-8

Elaine Cristina Amaral Bessa  
Analista Ambiental  
MASP 1.170.271-9

De acordo:

Renata Lacerda Denucci  
Gerente da Compensação Ambiental  
MASP: 1.182.748-2

## 6-REFERÊNCIA

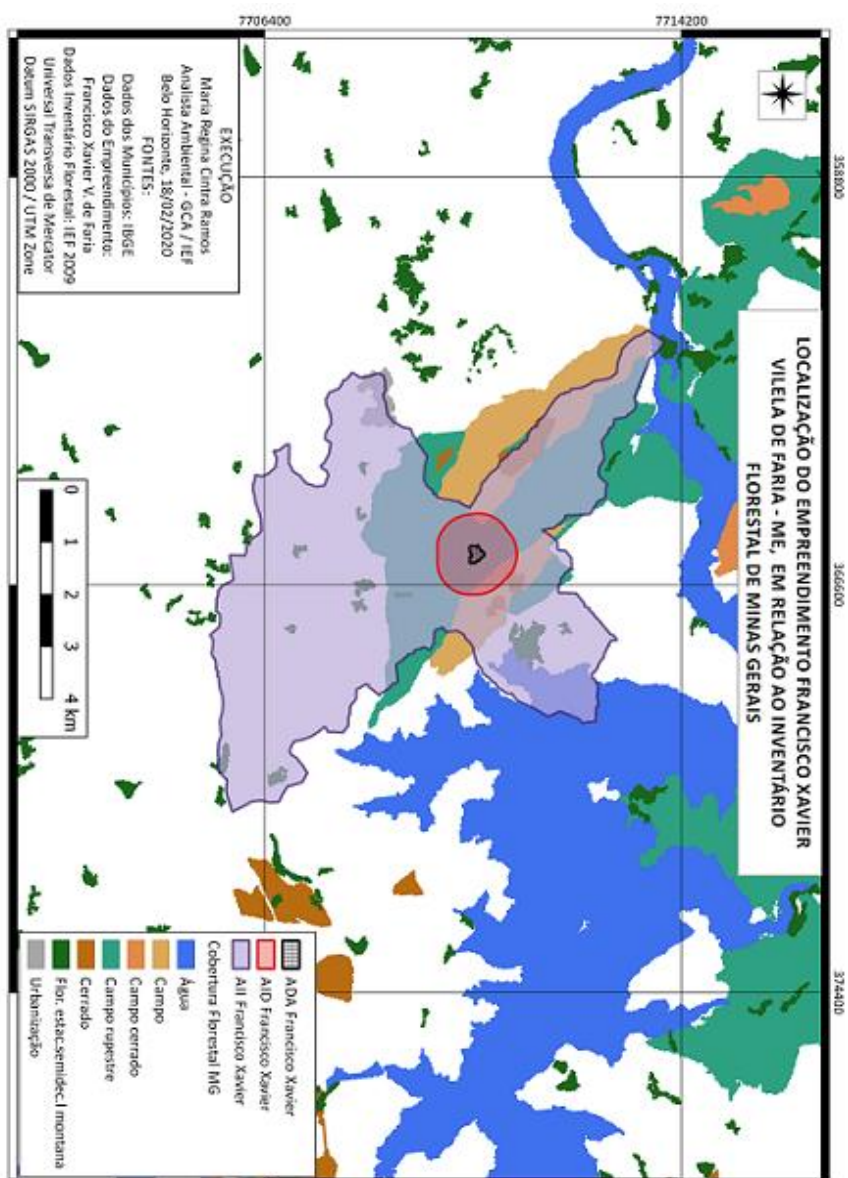
---

- <sup>1</sup>- Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de janeiro/1900 à janeiro/1900. Taxa: 0 – Fonte: TJ/MG.
- <sup>2</sup>- Schuchter, G.P. 2010. **Emissão de Gases de Efeito Estufa em Reservatórios Hidrelétricos**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Engenharia Sanitária e Tecnologia Ambiental. UFMG. Belo Horizonte, MG.

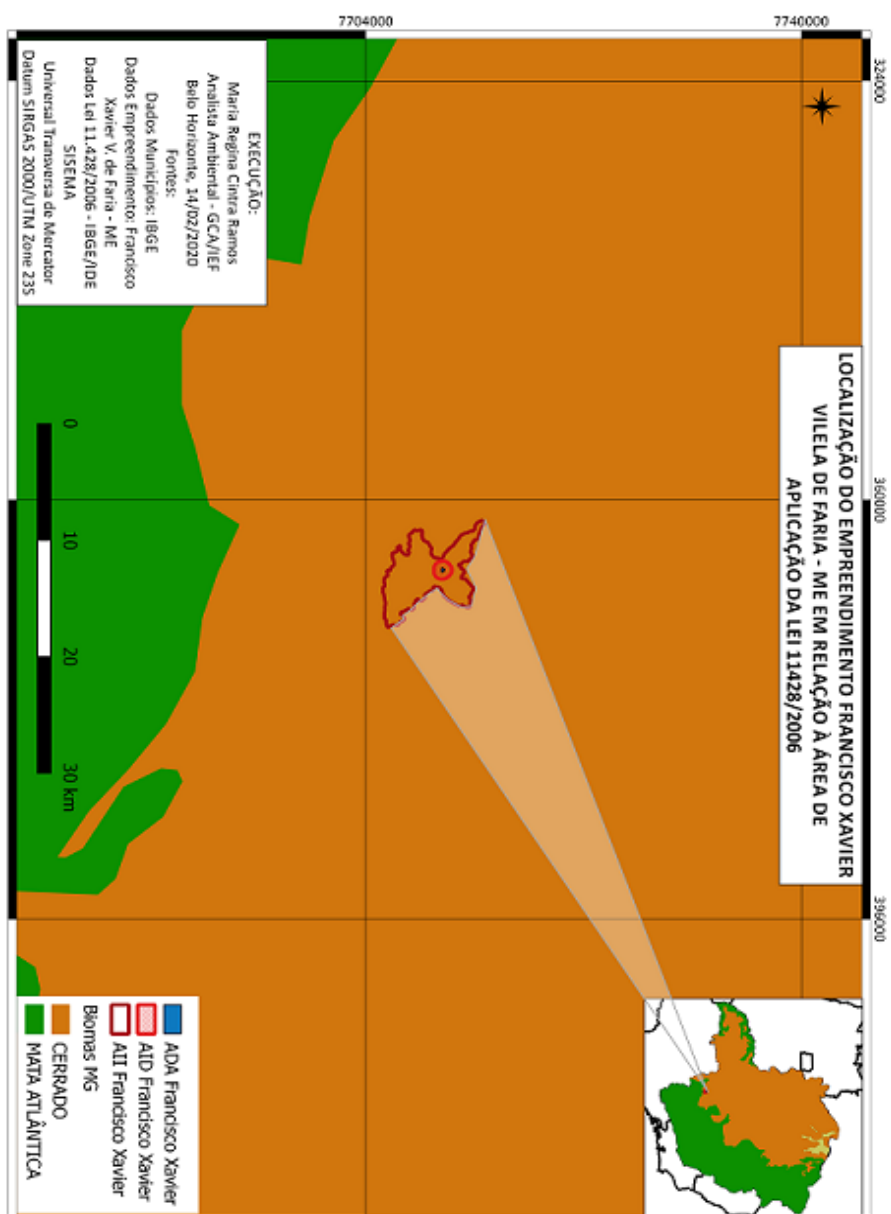
**Tabela de Grau de Impacto - GI**

Nome do Empreendimento		Nº Processo COPAM		
FRANCISCO XAVIER VILELA DE FARIA - ME		00445/2001/008/2015		
Índices de Relevância		Valoração Fixada	Valoração Aplicada	Índices de Relevância
Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias.		0,0750	0,0750	X
Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras).		0,0100		
Interferência /supressão de vegetação, acarretando fragmentação.	Ecosistemas especialmente protegidos (Lei 14.309)	0,0500		
	Outros biomas	0,0450	0,0450	X
Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos.		0,0250		
Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável.		0,1000		
Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas "Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação".	Importância Biológica Especial	0,0500		
	Importância Biológica Extrema	0,0450		
	Importância Biológica Muito Alta	0,0400		
	Importância Biológica Alta	0,0350		
Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar.		0,0250	0,0250	X
Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas		0,0250		
Transformação de ambiente lótico em lêntico.		0,0450		
Interferência em paisagens notáveis.		0,0300	0,0300	X
Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa.		0,0250	0,0250	X
Aumento da erodibilidade do solo.		0,0300	0,0300	X
Emissão de sons e ruídos residuais.		0,0100	0,0100	X
<b>Somatório Relevância</b>		<b>0,6650</b>		<b>0,2400</b>
Indicadores Ambientais				
Índice de temporalidade (vida útil do empreendimento)				
Duração Imediata – 0 a 5 anos		0,0500		
Duração Curta - > 5 a 10 anos		0,0650		
Duração Média - >10 a 20 anos		0,0850		
Duração Longa - >20 anos		0,1000	0,1000	X
<b>Total Índice de Temporalidade</b>		<b>0,3000</b>		<b>0,1000</b>
Índice de Abrangência				
Área de Interferência Direta do empreendimento		0,0300		
Área de Interferência Indireta do empreendimento		0,0500	0,0500	X
<b>Total Índice de Abrangência</b>		<b>0,0800</b>		<b>0,0500</b>
<b>Somatório FR+(FT+FA)</b>				<b>0,3900</b>
<b>Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação</b>				<b>0,3900%</b>
<b>Valor de Referência do Empreendimento</b>		<b>R\$</b>	<b>874.604,86</b>	
<b>Valor da Compensação Ambiental</b>		<b>R\$</b>	<b>3.410,96</b>	

Mapa 01

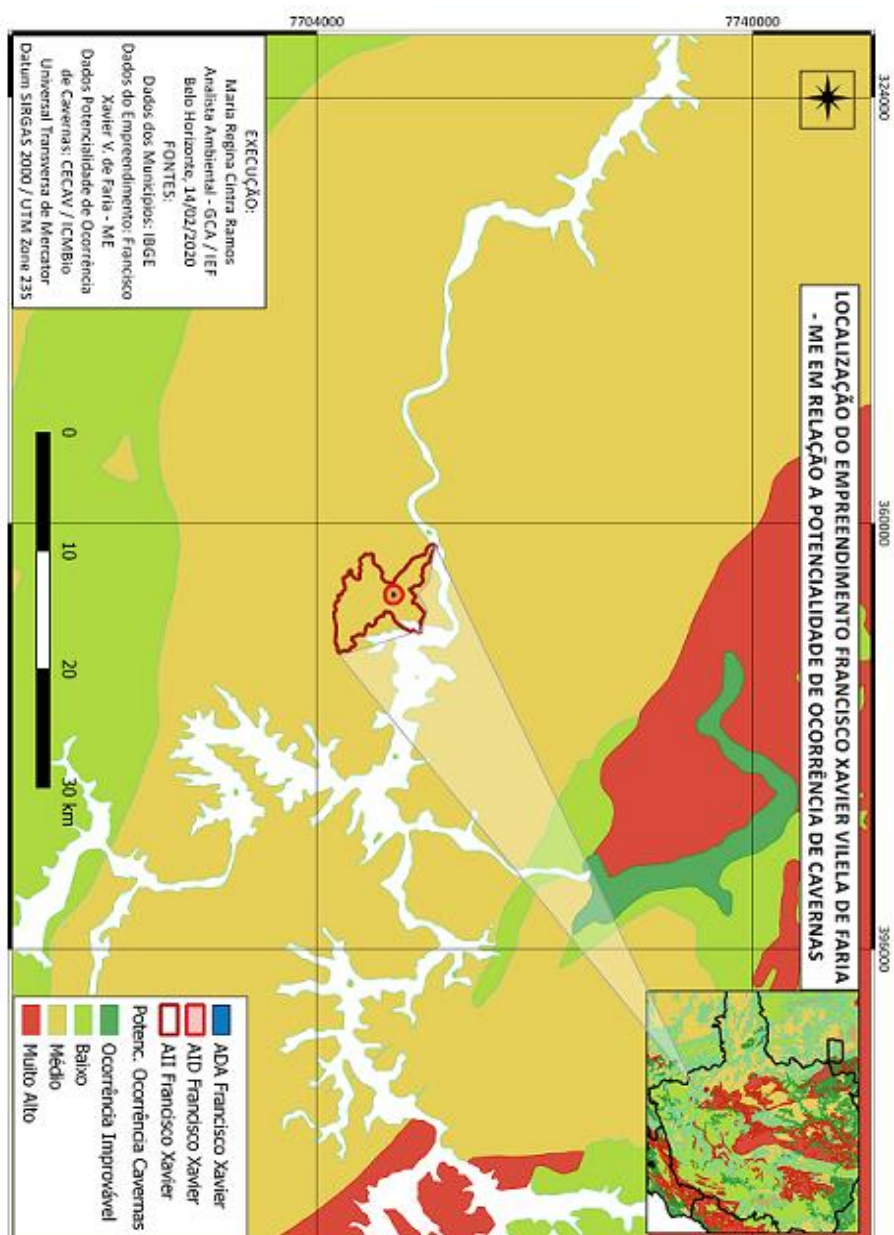


## MAPA 02

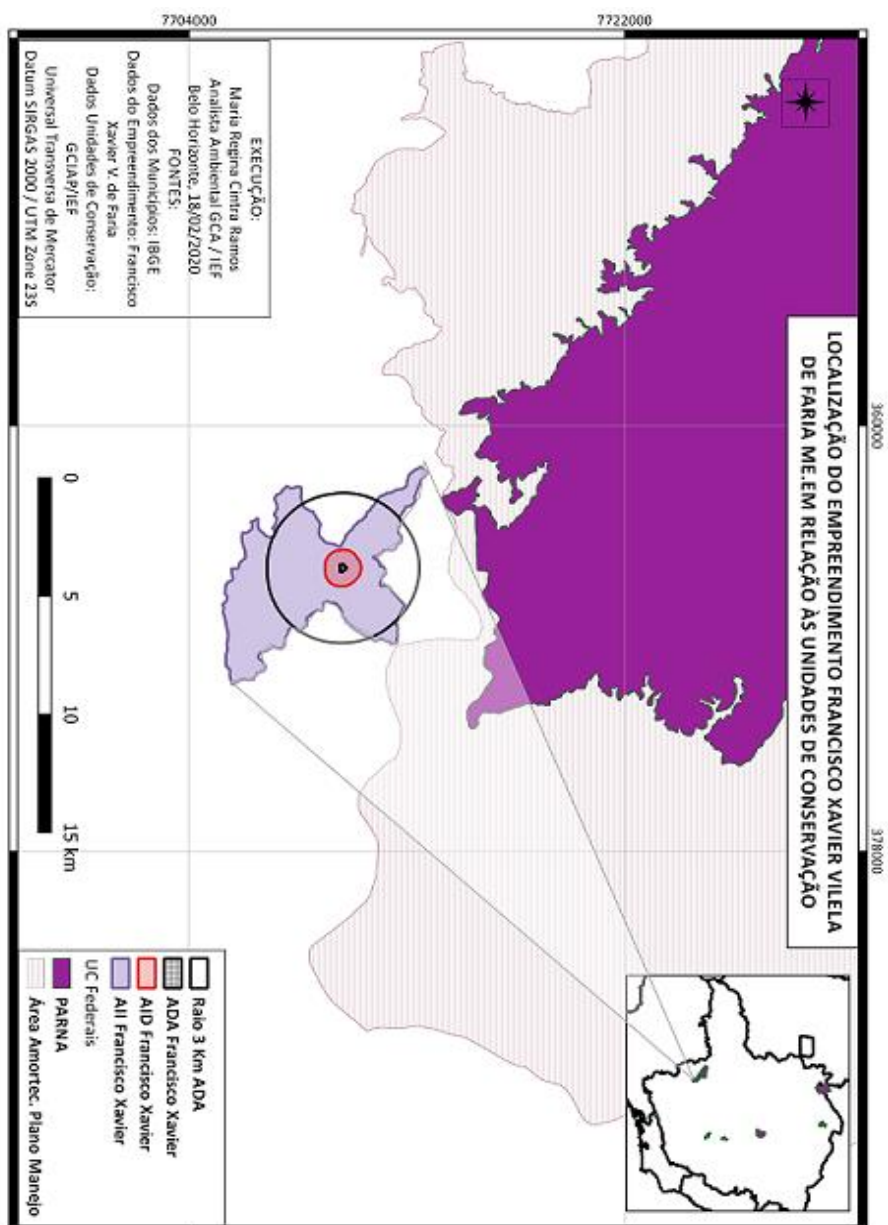




## MAPA 03



## MAPA 04



## MAPA 05

